
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0000062-50.2012.2.00.0000

Requerente: Enguellyes Torres de Lucena

Requerido: Tribunal de Justiça da Paraíba

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ
SUBSTITUTO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.**

1. Ao se atribuir ao Cespe/UnB a elaboração, aplicação e correção das provas subjetivas, bem como o julgamento de recursos, mesmo havendo previsão no Edital de que a etapa seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, todos os candidatos se submeteram a essa alteração de forma equânime, não havendo notícia nos autos de que essa mudança trouxe benefício a alguns candidatos em detrimento de outros, ou dano concreto a todos os interessados. Inexistente violação aos princípios norteadores da Administração Pública, em especial ao da isonomia.
2. A inobservância de regra do Edital pode não necessariamente acarretar nulidade de concurso público, quando não demonstrado prejuízos aos concorrentes ou violação ao princípio da isonomia. Precedente do Supremo Tribunal Federal.
3. Na forma da jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, não cabe ao Poder Judiciário avaliar os critérios de correção das provas de concursos públicos. Precedente.
4. **Procedimento de Controle Administrativo que se julga improcedente.**

I – RELATÓRIO

Enguellyes Torres de Lucena propõe o presente Procedimento de Controle Administrativo em face do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com pedido de liminar.

Alega que:

- está regularmente inscrito no 52º Concurso Público para Provimento de Vagas no Cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado da Paraíba, obtendo aprovação nas provas objetiva e subjetiva discursiva;
- participou da segunda etapa do Certame, obtendo as seguintes notas: 7.89 na prova discursiva, 3.40 na sentença penal e 4.25 na sentença cível;
- para que fosse aprovado para a etapa subsequente do Concurso, seria necessário alcançar, na prova prática de sentenças penal e cível, nota igual ou superior a 6 pontos;

- não interpôs recurso administrativo do resultado provisório da referida etapa e, com o resultado definitivo, não foi aprovado;

- para sua surpresa, mais de 20 candidatos conseguiram atingir a nota mínima de 6 pontos após o provimento de recursos administrativos, com aumento de, aproximadamente, 2 pontos, e, ao que tudo indica, com mudança de critérios de espelho e de correção, fato que está sendo questionado em várias ações judiciais que tramitam no TJPB.

- de acordo com o Edital, as provas da segunda etapa seriam de responsabilidade da Comissão de Concurso, porém foram elaboradas e executadas pelo CESPE/UnB. Tal ocorreu sem que fosse dada a devida informação e publicidade aos candidatos convocados, os quais foram surpreendidos com a notícia no local da realização das provas. Ao agir assim, a Comissão do Concurso violou os subitens 1.1, 1.4, “b”, e 6.1, II, do Edital, vez que delegou ao CESPE/UnB poderes para realizar e corrigir as provas sem que os candidatos tivessem prévio conhecimento sobre quem os avaliaria, o que interferiu na sua preparação para o Concurso, pois cada examinador tem uma forma própria de abordagem e correção e o ora Requerente tomou por base obras doutrinárias, artigos e decisões publicadas pelos membros da suposta Banca Examinadora;

- o Edital não foi retificado para prever a organização, planejamento e realização da segunda etapa do Certame pelo CESPE/UnB e, um mês depois de ocorridas as provas, houve a publicação apenas, no Diário de Justiça, de extrato do contrato celebrado com a entidade, atribuindo a ela tais funções. Esse contrato, posteriormente celebrado e publicado, não convalida o ato anteriormente realizado, o qual é irrefutavelmente passível de anulação, uma vez que, no momento da realização das provas, vigia tão somente o que fora previsto no Edital do Concurso;

- também de acordo com o Edital, os recursos seriam distribuídos por sorteio entre os membros da Comissão do Concurso - o seu julgamento não poderia ser monocrático. Havendo sido os recursos julgados pelo CESPE/UnB, não se sabe se algum examinador funcionou como Relator, se os recursos foram julgados em série, com cartão-resposta padronizado, quem os analisou ou que critério serviu de base para tanto;

- as questões ora trazidas também vêm sendo apreciadas pelo Poder Judiciário da Paraíba que, em juízo preliminar, já concedeu várias tutelas antecipadas no sentido de assegurar a candidatos o direito de prosseguirem no Concurso, para que possam participar da etapa seguinte;

- as citadas liminares, além de atestarem os indícios de ilegalidades praticadas durante o Certame, “passaram, também, a infringir o princípio da isonomia entre os concorrentes, especialmente devido ao fato de que estão beneficiando apenas os respectivos autores das demandas que fundamentam seus pedidos em fatos que maculam a higidez de todo o concurso”;

- não é lógico nem razoável que ações fundamentadas em ilegalidades insanáveis fiquem restritas apenas àqueles que batam à porta do Judiciário quando, na verdade, deveriam atingir todos os participantes do Concurso, em respeito ao tratamento igualitário que deve imperar nos Certames Públicos;

- o Presidente da Comissão do Concurso já comunicou que a convocação para a terceira etapa será divulgada oportunamente, o que pode ocorrer a qualquer momento, trazendo gravames aos candidatos que, como o Requerente, veem-se preteridos em seu direito de prosseguir no Concurso em face das ilegalidades perpetradas;

- tal fato caracteriza o *periculum in mora* a ensejar a concessão de liminar para a suspensão do Concurso até final julgamento deste Procedimento de Controle Administrativo, sob pena de restar infrutífera a decisão de mérito;

- encontra-se presente também o requisito do *fumus boni iuris*, uma vez que a Comissão do Concurso praticou ato administrativo ilegal, corporificado na inobservância dos critérios de aplicação da prova estabelecidos no Edital respectivo;

- as várias liminares já concedidas pelo Poder Judiciário da Paraíba igualmente demonstram a fumaça do bom direito de modo a fundamentar a concessão da ordem liminar de suspensão do Concurso.

Intimado, o Requerido deixou transcorrer *in albis* o prazo para se manifestar sobre as alegações contidas no requerimento inicial (evento 18), juntando informações posteriormente.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Passo ao exame direto do mérito, pelo que **fica prejudicada a análise do pedido liminar.**

O Requerente questiona a validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba em decorrência de alteração das regras dispostas no Edital após o início do Certame.

Afirma o Requerente que a segunda etapa do Certame, de acordo com o item 6.1.1, II do Edital, seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, mas houve a irregular alteração dessa regra, atribuindo-se essa responsabilidade ao Cespe/UnB. Alega, ainda, ser inviável aferir se o Cespe/UnB observou o Edital quanto à necessidade de julgamento dos recursos por colegiado.

De fato, assim estabelece o Edital do Concurso, nos itens relativos às questões indicadas pelo Requerente, *verbis*:

6.1.1 O concurso desenvolver-se-á, sucessivamente, em cinco etapas, de acordo com as seguintes especificações:

[...]

II SEGUNDA ETAPA – 2 (duas) provas escritas, de responsabilidade da Comissão de Concurso, de caráter eliminatório e classificatório, sendo que:

[...]

14.2.1 O candidato poderá, nos 2 (dois) dias seguintes à publicação do resultado das provas escritas subjetivas da segunda etapa (provas discursiva e prática de sentença) no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Estado da Paraíba, requerer vista da prova e, nos 2 (dois) dias subsequentes, apresentar recurso, sem efeito suspensivo, dirigido ao Presidente da Comissão do Concurso, o qual encaminhará à Comissão Examinadora no prazo de 48 horas.

[...]

14.2.5 Os recursos interpostos serão protocolizados, após numeração aposta pela Secretaria do Concurso, distribuindo-se à Comissão Examinadora somente as razões do recurso, retida pelo Secretário da Comissão a petição de interposição.

14.2.6 A Comissão, convocada especialmente para julgar os recursos, reunir-se-á em sessão pública e, por maioria de votos, decidirá pela manutenção ou pela reforma da questão recorrida.

14.2.7 Cada recurso será distribuído por sorteio e, alternadamente, a um dos membros da Comissão, que funcionará como relator, vedado o julgamento monocrático.

No caso, entretanto, além de o Requerente não evidenciar qualquer prejuízo específico advindo da modificação da entidade responsável pela prova escrita do Concurso Público, considero inexistentes quaisquer violações aos princípios norteadores da Administração Pública, em especial ao da isonomia.

É que, ao se atribuir ao Cespe/UnB a elaboração, aplicação e correção das provas subjetivas, bem como o julgamento dos recursos, mesmo havendo previsão no Edital de que a etapa seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, todos os candidatos se submeteram a essa alteração de forma equânime. Não há qualquer notícia nos autos de que, em razão dessa alteração, houve benefício a alguns candidatos em detrimento de outros, ou dano concreto a todos os interessados.

Ante a análise específica do caso posto em debate, é inviável que se declare a nulidade do Certame, ainda que haja firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os Editais são inalteráveis após sua publicação. Com efeito, entendimento contrário ampararia a massificação das decisões judiciais.

Registre-se que a inobservância de regra do Edital pode não necessariamente acarretar nulidade de concurso público, quando não demonstrado prejuízos aos concorrentes ou violação ao princípio da isonomia. Nesse sentido o seguinte precedente do STF:

EMENTA EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. MATÉRIA PACÍFICA. CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA PUBLICIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência desta Suprema Corte não admite embargos declaratórios contra decisão monocrática. Embargos recebidos como agravo regimental apresentados no prazo recursal desse. 2. Não há violação aos princípios da isonomia e da publicidade quando a divulgação das notas dos candidatos em concurso público ocorre em sessão pública, mesmo que em momento anterior ao previsto no edital, ainda mais quando, como no caso, todos forem informados de sua ocorrência. 3. A inobservância de regra procedimental de divulgação de notas não acarreta a nulidade de concurso público quando não demonstrado prejuízo aos concorrentes. 4. Não cabe ao Poder Judiciário rever os critérios de correção das provas e as notas a elas atribuídas, a não ser quando seja exigido conhecimento de matéria não prevista no edital. 5. Agravo regimental não provido. (AO 1395 ED/ES, Ministro Relator Dias Toffoli, DJ 24.06.2010, Órgão Julgador: Tribunal Pleno).

Embora alegue o Requerente que mais de 20 (vinte) candidatos conseguiram atingir a nota mínima de 6 (seis) pontos depois da interposição de recursos administrativos, que foram providos com aumento de, aproximadamente, até 2 (dois) pontos, inexistem nos autos qualquer prova de que a alteração das notas tenha se dado de forma irregular, com eventual modificação de critérios de espelho e de correção que pudessem prejudicar candidatos que não recorreram.

3 – CONCLUSÃO

Com esses fundamentos, **julgo improcedentes** os pedidos formulados no presente Procedimento de Controle Administrativo.

Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 24 de Fevereiro de 2012 às 11:16:16

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
1f30e723a47b3b97c4b400480b80d3be



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **468348**



120330095833000000000000467640